



CRM-PB PARTICIPA DE CARAVANA EM BUSCA DE CRIANÇAS DESAPARECIDAS

PÁG 6



FISCALIZAÇÃO IDENTIFICA PROBLEMAS NO TRAUMINHA

Pág 8



AÇÃO

Pág 3

Workshop de Perícias Médicas é realizado no CRM-PB

FISCALIZAÇÃO

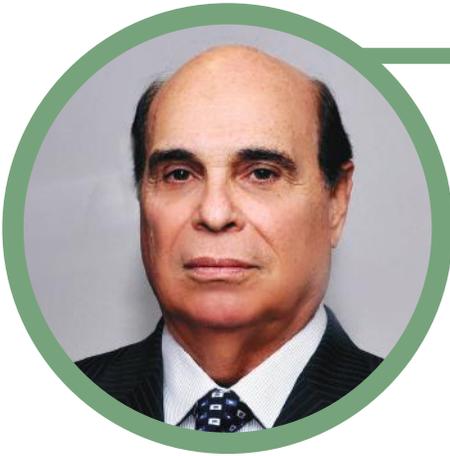
Pág. 7

Faltam 319 leitos infantis na rede pública da grande João Pessoa

CORREGEDORIA

Pág. 12

Corregedoria instaura 28 sindicâncias nos últimos 5 meses



EDITORIAL

JOÃO MEDEIROS FILHO

Os Conselhos de Medicina ampliaram sobremaneira sua área de atuação, no passado restrita às atividades cartorial, de fiscalização e judicante, engajando-se firmemente na defesa intransigente da dignidade profissional e do exercício ético da medicina em favor da sociedade. No contexto da responsabilidade social, compromisso inarredável de todo cidadão, - em particular do médico, o qual, por essência, mais do que qualquer outro profissional, não pode se limitar ao tecnicismo do seu mister em detrimento das questões sociais que afligem a comunidade - temos firmado parcerias importantes, com Instituições públicas ou filantrópicas.

No dia 25 de maio, data em que se celebra o Dia Internacional da Criança Desaparecida, os Conselhos Regionais realizaram mobilizações, por iniciativa do CFM, com o objetivo de chamar a atenção dos médicos e da sociedade para a gravidade do problema. Já em 18 de outubro 2013, no dia do médico, o próprio CFM iniciara campanha efetiva, inclusive lançando o portal internacional da criança desaparecida e promovendo ampla divulgação. Aqui na Paraíba, com o apoio do Ministério Público Estadual, lançamos a campanha, com a apresentação do portal em solenidade realizada auditório do MP em outubro do mesmo ano. Durante a caravana que realizamos na nossa cidade no dia 25 último, foram visitados 3 hospitais pediátricos, oportunidade em que se entrevistaram médicos e familiares dos pacientes, com o intuito de divulgar a campanha e conscientizá-los sobre a relevância do tema, chamando a atenção para a observância a lei federal no.11.259/2005 da busca imediata, e de uma série de orientações no que concerne à prevenção e à identificação de casos, durante o atendimento médico. Estima-se que cerca de 50 mil crianças sumam anualmente no país (250 milhões no mundo); 250 mil casos ainda não foram solucionados.

Recentemente também recebemos a visita de representantes da Pastoral da Criança, tendo à frente o arcebispo D. Aldo Pagotto, iniciativa de grande envergadura da Dra. Zilda Arns, pediatra devotada, que dedicou a vida ao próximo e faleceu numa catástrofe em plena ação humanitária no Haiti. Nosso apoio é incondicional e vamos procurar contribuir incentivando o voluntariado e as contribuições dos colegas.

Ainda nesse contexto, estivemos reunidos na sede do Conselho com o Diretor do PROCON Estadual, dr. Glauberto Bezerra, e outros representantes, com objetivo de firmar parcerias e desenvolver ações relacionadas à prevenção dos acidentes de consumo e a segurança do paciente. Vamos construir um projeto viável e já agendamos para o próximo mês um fórum sobre a matéria.

Com o apoio de todos e a conscientização da categoria esperamos atingir nossa meta, - já prevista no planejamento estratégico da Instituição -, no que concerne à responsabilidade social. É o mínimo que podemos fazer.

EXPEDIENTE



Presidente: João Gonçalves de Medeiros Filho
Vice-presidente: Norberto José da Silva Neto
1º Secretário: Roberto Magliano de Moraes
2º Secretário: Walter Fernandes de Azevedo
Tesoureiro: Fernando O. Serrano de Andrade
Corregedor: Wilberto Silva Trigueiro
Diretor de Fiscalização: João Alberto Moraes Pessoa

CONSELHEIROS DO CRM PB

Agostinho H. de Medeiros Neto	José Eymard M. de Medeiros Filho
Alberto Luiz Duarte Marinho	Juarez Carlos Ritter
Antônio Henriques de França Neto	Kátia Laureano dos Santos
Arlindo Monteiro de Carvalho Junior	Laércio Freire Ataíde
Aurélio José G. de Melo Ventura	Luciana Cavalcante Trindade
Audy Nunes Bezerra Filho	Márcio Antônio C. Queiroga Lopes
Carlos Roberto de Souza Oliveira	Márcio Rossani Farias de Brito
Cláudio Orestes de Britto Filho	Marco Aurélio Smith Filgueiras
Dalvílio de Paiva Madruga	Maria do Socorro Adriano de Oliveira
Débora Eugênia B. Nóbrega Cavalcanti	Maria Teresa Nascimento Silva
Eurípedes S. Mendonça de Souza	Mário Toscano de Brito Filho
Edivaldo J. Trindade Medeiros da Silva	Marly Coutinho Beltrão
Fernando O. Serrano de Andrade	Norberto José da Silva Neto
Geraldo de Almeida Cunha Filho	Otávio Sérgio Lopes
Gilka Paiva Oliveira Costa	Paulo Roberto Dantas da Nóbrega
Gláucio Nóbrega de Souza	Pedro Felix Filho
Januária Medeiros de Queiroga	Remo Soares de Castro
João Alberto Moraes Pessoa	Roberto Magliano de Moraes
João Gonçalves de Medeiros Filho	Walter Fernandes de Azevedo
João Modesto Filho	Wilberto Silva Trigueiro
José Augusto Maropo	Yara Maia Villar de Carvalho

Delegacia de Campina Grande

Delegado: Danilo Nóbrega de Siqueira
1º secretária: Teresa Cristina M. Ventura Nóbrega
2º secretária: Alana Abrantes Nogueira
Suplentes: Vladimir Gomes de Oliveira e Mirabeau Maranhão Leite

Conselho editorial do Jornal CRM-Paraíba

João Modesto Filho (Editor), Arlindo Monteiro de Carvalho Junior, João Gonçalves de Medeiros Filho e Wilberto Silva Trigueiro



formato
 assessoria de comunicação

Redação e Edição: Formato Assessoria de Comunicação
 Rua Matteo Zácara, 124, Jaguaribe
 Fone: (83) 98831-1556/98815.7887
 formatoassessoria@yahoo.com.br

Jornalistas Responsáveis:

Luciana Oliveira - DRT/DF 1.849/97
 Kaylle Vieira - DRT/PB 0279/03-59

CRM-PB

Av. Dom Pedro II 1335 - Centro - João Pessoa - PB
 Cep: 58040-440 . Fone: (83) 2108-7200 . Fax: (83) 2108-7215
 E-mail - crmpb@crmpb.org.br . Site: www.crmpb.org.br

CRM-PB REALIZA WORKSHOP SOBRE PERÍCIAS MÉDICAS

Cerca de 120 profissionais se reuniram para tratar de questões diversas sobre o tema no CRM-PB

Nos dias 15 e 16 de maio deste ano, o Conselho Regional de Medicina da Paraíba (CRM-PB) realizou o I Workshop de Perícias Médicas Trabalhistas, em João Pessoa. Cerca de 120 profissionais se reuniram nestes dois dias no auditório do CRM-PB para tratar de questões diversas sobre o tema. A abertura do evento contou com a presença do presidente do CRM-PB, João Medeiros Filho, do presidente da Associação Brasileira de Perícias Médicas - seção Paraíba, Fernando Carneiro, do presidente da Academia Paraibana de Medicina, Ricardo Maia, e da vice presidente do Sindicato dos Médicos, Silvana Martins.

“O evento foi muito importante para fortalecer a categoria, esclarecer dúvidas e incentivar novos peritos. Discutimos temas atuais, como a informática na perícia médica, os laudos produzidos por profissionais que não são médicos, além da legislação previdenciária, a formatação de laudos e questões vivenciadas em perícias médicas”, destacou João Medeiros.

Ele lembrou que, em fevereiro deste ano, o presidente do Conselho Federal de Medicina, Carlos Vital, participou com a diretoria do CRM-PB, de reunião com o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (TRT), sobre o problema da realização de perícias médicas por fisioterapeutas. A Lei do Ato Médico determina que a constatação de incapacidade laboral deve ser feita, obrigatoriamente, por profissional da área da medicina.



Os assessores jurídicos do CRM-PB, Igor Mascarenhas e Rodrigo Farias, falaram, durante o evento, sobre assuntos polêmicos, como os laudos produzidos por profissionais não médicos, a presença de advogados para acompanhar os exames clínicos, os limites para a gravação de imagens em perícias médicas, dentre outros.

As palestras apresentadas no Workshop estão disponíveis no site do CRM-PB, no endereço: <http://www.crm-pb.cfm.org.br>.



PLANTONISTAS DEVERÃO PREENCHER LIVRO DE OCORRÊNCIAS MÉDICAS

O livro melhorará a qualidade dos serviços de saúde prestados e garante a segurança do ato médico

Em reunião plenária, realizada no dia 27 de abril de 2015, o Conselho Regional de Medicina da Paraíba (CRM-PB) normatizou a elaboração, o preenchimento e a guarda do Livro de Ocorrências Médicas. A Resolução Nº 171/2015 que dispõe sobre o assunto foi publicada no dia 9 de junho. O livro é um importante mecanismo para melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados e garante segurança do ato médico.

De acordo com a Resolução, os estabelecimentos públicos e privados que funcionam em regime de plantão médico ou que executam procedimentos com potencial de gerar intercorrências médicas deverão contar com um Livro de Ocorrências para registro dos fatos técnicos, administrativos e éticos que venham a

ocorrer no transcurso do plantão. A guarda do livro será dos plantonistas, devendo ser repassado para a equipe substituída, e permanecer no local de trabalho dos médicos ao alcance da fiscalização.

Ainda conforme a Resolução, deverão ser registrados no livro os eventuais trocas ou substituições no turno de trabalho, a ausência, além de informações sobre número de atendimentos, de internamentos, de óbitos e de cirurgias. As ocorrências do plantão que indiquem riscos ao usuário e/ou ao profissional médico, especialmente as restrições ao atendimento do paciente, deverão ser registradas no Livro e comunicadas ao CRM-PB pelo diretor técnico do estabelecimento, por escrito, para que sejam adotadas as providências pertinentes.

CONTRATO COM IRREGULARIDADES

Auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE) apontou irregularidades no contrato do governo do Estado com a Organização Social Cruz Vermelha, responsável pela gestão do Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena. De acordo com o TCE, o contrato causou um rombo de R\$1,72 milhão aos cofres do tesouro estadual, em 2011. O relatório apontou irregularidades com despesas não comprovadas, no valor de R\$614 mil, e a Cruz Vermelha firmou acordo com a Secretaria Estadual de Saúde para a devolução do montante, parcelado em seis vezes. Dentre as irregularidades estão despesas não comprovadas com pagamento de horas extras, falta de comprovação de estoque, gastos não comprovados com diversas empresas, despesas não justificadas com passagens aéreas, despesas com encargos financeiros, ineficiência na gestão dos recursos destinados ao hospital e ineficiência na gestão dos equipamentos do hospital. Também foram apontados como irregularidades o pagamento de taxa de administração no valor de R\$1 milhão, celebração de contrato de gestão com infração a dispositivos constitucionais e legais e indicadores técnicos pactuados em desacordo com o contrato de gestão.

VI Fórum Nacional do Ensino Médico

Prestes a completar dois anos, a Lei 12.871 que instituiu o Programa Mais Médicos gerou diversos impactos sobre a formação médica no Brasil. As repercussões da Lei serão o tema central do VI Fórum Nacional de Ensino Médico, evento que será realizado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) em parceria com a Associação Brasileira de Educação Médica (Abem) nos dias 27 e 28 de agosto deste ano. A expectativa é de que os principais especialistas e segmentos atuantes na área do ensino médico se reúnam, em Brasília (DF), para construir um documento que aponte desafios,

dificuldades e perspectivas de equacionamento da Lei nº 12.871/13 no que diz respeito à formação de recursos humanos em saúde, especificamente na graduação em Medicina e na residência médica. Antes do VI Fórum, serão realizados cinco pré-fóruns regionais (Salvador, Rio de Janeiro, Manaus, Brasília e Porto Alegre) que também debaterão o assunto. Além dos questionamentos, o documento também vai propor alternativas ao que está previsto na Lei nº 12.871/13. A carta do VI Fórum de Ensino Médico será enviada para os Ministérios da Educação e da Saúde.



■ DALVÉLIO DE PAIVA MADRUGA

Tabela do SUS defasada

Mais de 1.500 procedimentos hospitalares incluídos na Tabela SUS, padrão de referência para pagamento dos serviços prestados por estabelecimentos conveniados e filantrópicos que atendem a rede pública de saúde, estão defasados. A lista poderia ser ainda maior se considerados os atendimentos ambulatoriais, não apontados neste levantamento realizado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) sobre a perda acumulada no período de 2008 a 2014, com base em dados do Ministério da Saúde. Por procedimentos mais frequentes, como a realização de um parto normal, por exemplo, as unidades hospitalares receberam, em 2008, cerca de R\$ 472 a cada Autorização de Internação Hospitalar (AIH) aprovada. Sete anos depois, o valor passou para R\$ 550 – quase 60% inferior ao que poderia ser pago se corrigido por índices inflacionários como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Se o fator de correção fosse o salário-mínimo, o montante chegaria a R\$ 823. Situação semelhante acontece no pagamento pelo tratamento de pneumonias. Em 2008, cerca de R\$ 707 eram pagos a cada internação. No ano passado o valor médio passou para R\$ 960, cifra defasada em 90% quando comparada com os principais índices de inflação acumulados no período. Aplicados estes índices, estima-se que o pagamento por despesas com este tipo de internação alcançasse até R\$ 1.234. Os dados foram coletados junto à base de dados Sistema de Informações Hospitalares do SUS - SIH/SUS, gerido pelo Ministério da Saúde. Além da quantidade de procedimentos autorizados a cada ano, foram confrontados os valores totais e médios pagos em cada um dos procedimentos.

Recursos insuficientes e remuneração desvalorizada

Na avaliação de entidades médicas, a insuficiência de recursos tem agravado cada vez mais a situação da saúde pública. Sem recursos para administrar adequadamente, os gestores desses hospitais que prestam serviço ao SUS passam a operar no vermelho, acumulando dívidas milionárias que tendem a se perpetuar em função da continuidade da situação. Além das perdas acumuladas no que é pago pela Tabela SUS, a desvalorização dos médicos ocorre também no acesso por meio de concursos públicos. Análise do CFM sobre as remunerações descritas em editais para contratação de profissionais mostra que, em média, o valor oferecido por prefeituras de todo o País representa apenas um terço do que é referenciado pela Fenam. Atualmente, o piso pleiteado é de R\$ 11.675,94 para 20 horas semanais de trabalho. Segundo os editais lançados no primeiro trimestre de 2015, no entanto, a média de salários oferecidos é de R\$ 3.941,74 para essa jornada.

Programa Mais Médicos

O Senador Cássio Cunha Lima, através do PLS 312/2015, propõe alteração à Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médico, para determinar a participação do Conselho Federal de Medicina nas avaliações dos cursos de Medicina. É uma proposição lúcida, séria e responsável. A atuação do Senador, mais uma vez, demonstra sua preocupação com a qualificação do exercício da profissão. Teremos que apoiar e sensibilizar todos os parlamentares no apoio ao senador Cássio, que tem sido um aliado e bastante receptivo aos anseios da classe médica.

Cirurgia Bariátrica

A Câmara Técnica de Cirurgia Bariátrica e Metabólica está atualizando a Resolução CFM Nº 1942/2010 e elaborando proposta de Resolução que objetiva estabelecer consenso sobre o escore de risco metabólico e as normas de prioridade e elegibilidade para Cirurgia Metabólica.

Mensagem inverídica

É necessário que todos médicos, antes de divulgarem notícias que surgem na mídia, tenham a devida comprovação da origem. Essa assertiva é devida a mensagem divulgada sobre emissão de atestados. Em nota divulgada, o CFM esclarece aos médicos que não é o responsável por supostas orientações na emissão de atestados de afastamento do trabalho em função de mudanças previstas na Medida Provisória nº 664/2014.

História da Medicina

No período de 04 a 07 de novembro, em Teresina-PI, acontecerá o XX Congresso Brasileiro de História da Medicina.

Operação Desejato

Os desdobramentos da Operação Desejato, que apura suspeitas de irregularidades em atividades de profissionais, empresários e estabelecimentos de saúde, comprova a necessidade de mecanismos efetivos de fiscalização, monitoramento, controle e reavaliação de ações, programas e projetos na esfera do SUS. Esta é a avaliação do CFM, que manifestou seu posicionamento sobre o tema. Em nota (*abaixo*), o CFM afirmou que “a imensa maioria da classe médica exige e defende rigor nas apurações e medidas que visem a proteção da sociedade”.

Nota de esclarecimento à sociedade

Com relação aos desdobramentos da Operação Desejato, conduzida pela Polícia Federal, que apura suspeitas de irregularidades em atividades de profissionais, empresários e estabelecimentos de saúde, o Conselho Federal de Medicina (CFM) afirma que:

1) A imensa maioria da classe médica exige e defende rigor nas apurações e medidas que visem a proteção da sociedade de atos praticados por qualquer quadrilha, seja constituída por médicos, empresários, políticos ou quem quer que seja, no entanto, assegurando aos suspeitos o direito à ampla defesa e ao contraditório, conforme previsto na legislação;

2) Independentemente do inquérito policial e de decisões judiciais e do Ministério Público relacionadas ao caso, os Conselhos Regionais de Medicina dos Estados citados pela operação deverão realizar sindicâncias para apurar do ponto de vista ético e profissional o envolvi-

mento de médicos nas irregularidades apontadas;

3) Os médicos, por meio de suas instâncias de representação, como o CFM, têm contribuído ativamente com a apuração de denúncias deste tipo, inclusive com a apresentação de propostas ao Ministério da Saúde, à Agência Nacional de Vigilância em Saúde (Anvisa) e ao Congresso Nacional, entre outras instâncias, para coibir abusos na prescrição e comércio de órteses, próteses e materiais especiais (OPMEs);

4) Casos assim comprovam a necessidade de mecanismos efetivos de fiscalização, monitoramento, controle e avaliação de ações, programas e projetos na esfera do Sistema Único de Saúde (SUS) para coibir práticas condenadas, como já dito, pela imensa maioria dos 400 mil médicos brasileiros, que, historicamente, têm se posicionado no nosso País contra a cultura da impunidade – em todos os campos da vida em sociedade – evitando danos aos pacientes e prejuízos econômicos.

NOVOS MÉDICOS RECEBEM CARTEIRAS PROFISSIONAIS

Solenidades foram realizadas em Campina Grande e em João Pessoa, respectivamente, em abril e junho

A diretoria do Conselho Regional de Medicina da Paraíba (CRM-PB) entregou a novos médicos, recém-formados no Estado, as carteiras profissionais, para que possam exercer sua profissão. A solenidade aconteceu no dia 15 de abril deste ano, no auditório da 1ª Delegacia do CRM-PB, na cidade de Campina Grande, e contou com as presenças do presidente do CRM-PB, João Medeiros Filho, do vice-presidente, Norberto José, do segundo secretário Walter Azevedo, e do tesoureiro Fernando Serrano. Já no dia 16 de

junho, a solenidade de entrega de carteiras foi realizada no auditório do CRM-PB, em João Pessoa, e também foi prestigiada pela diretoria do Conselho.

João Medeiros destacou a importância do momento para os novos profissionais e lembrou que o CRM é o local onde eles devem tirar dúvidas quanto ao exercício da Medicina. "O CRM é a 'casa do médico'. Estamos aqui para orientar e aconselhar o médico, quando for preciso", disse o presidente do CRM.



Médicos que receberam as carteiras em Campina Grande

Edmilson Bruno Fernandes Melo
Emmanuel Fragoso Braga
Flávio Daniel da Cruz Carneiro
Haysa Paiva Baracuhy
João Paulo Ribeiro Machado
Jones Pessoa dos Santos Júnior
Kleber Ferreira Freitas
Laisa Raquel Cruz Saraiva
Leandro Cesar de Oliveira e Souza

Macella de Medeiros Motta
Maria Betânia M. Azevedo Siqueira
Natasha Cordeiro Barbosa
Paulo Henrique Felix Aureliano
Rafael César G. de Figueiredo
Talita Borges Brito
Amanda Peixoto de Araújo
Cibelly Mayza da Silva Chalegre



Médicos que receberam as carteiras em João Pessoa

Abraão Sampaio de Lacerda
Arthur Ferreira Luz
Diogo de Araújo Paz
Enersto de Souza Diniz Neto
Hellen Karla Sá Fernandes
Hugo Leonardo Justo Horácio
Ítalo Ricardo Gouveia Rodrigues
Josué Vieira da Silva
Katianna Rafaelle Azevedo Alves

Priscylla Lins Filgueiras
Raphaela Paiva Vieira
Vanessa Emanuelle V. Nunes de Almeida
Wildeangeles de Souza Vieira
Victor Hugo Almeida de Moraes
Jorge Renato Alencar de Menezes
Juliana de Oliveira Castro
Thais Alcendo Campos
Pedro Romão Dantas

DIRETORIA DO CRM-PB EMPOSSA COMISSÕES DE ÉTICA MÉDICA

CRM-PB empossa comissões do Hospital Clementino Fraga e da Maternidade Flávio Ribeiro Coutinho



Posse da Comissão de Ética Médica do Clementino Fraga

No dia 14 de abril deste ano, dez médicos do Complexo Hospital de Doenças Infecções Dr. Clementino Fraga, em João Pessoa, tomaram posse como membros da Comissão de Ética Médica. O presidente do Conselho Regional de Medicina da Paraíba (CRM-PB), João Medeiros Filho, e o segundo secretário, Walter Azevedo, empossaram a comissão. Os médicos foram eleitos para um mandato de 30 meses, a partir da data da posse.

Fazem parte da Comissão de Ética Médica do Hospital Clementino Fraga: Joana D'arc Morais da Silveira, Francisco de Assis Silva Pai-

va, Erick José de Moraes Villar, Rogério Wagner Borges Varela (membros efetivos); e Luciana Cavalcante Trindade, Honorina Nóbrega Costa, Renata Motta Aquino de Freitas e Wilcélia de Albuquerque Queiroz (membros suplentes).

Já no dia 14 de maio, foram empossados pela diretoria do CRM-PB os membros da Comissão de Ética Médica da Maternidade Flávio Ribeiro Coutinho, em Santa Rita. Representaram o CRM-PB, o presidente João Medeiros Filho e o segundo secretário, Walter Azevedo. A Comissão é composta pelos médicos: Misael Eustáquio Mendes de Lucena, Emerson Fer-



Posse da Comissão de Ética Médica da Maternidade Flávio Ribeiro Coutinho

nandes Alvino Panta, Cláudio de Paula Araújo (membros efetivos) e Frank Sinatra Macena Silva, Djalma Bento Fernandes Junior e Jacqueline Figueira Santana Souza (membros suplentes).

Durante as solenidades de posses, João Medeiros explicou que as comissões são um prolongamento do CRM nos hospitais e têm função sindicante, educativa, fiscalizadora, orientadora e conciliadora. O presidente do CRM-PB também aproveitou a oportunidade para agradecer e parabenizar os médicos que se dispuseram em fazer parte das comissões.



CRM-PB ORIENTA MÉDICOS E POPULAÇÃO NA BUSCA POR CRIANÇAS DESAPARECIDAS

Ação no Dia Internacional da Criança Desaparecida em João Pessoa realizou visitas a três hospitais infantis

A Caravana Nacional dos Conselhos Regionais de Medicina visitou três hospitais infantis de João Pessoa, no Dia Internacional da Criança Desaparecida, 25 de maio. A ação ocorreu simultaneamente em todo o país e buscou sensibilizar e chamar a atenção dos médicos e da sociedade para o problema. Por ano, estima-se que 50 mil crianças sumam no país e cerca de 250 mil casos ainda não foram solucionados. No mundo esse número chega a 25 milhões.

Na Paraíba, a ação foi realizada nos hospitais Arlinda Marques, AMIP e Valentina de Figueiredo, todos em João Pessoa. “Conseguimos mobilizar colegas, outros profissionais da saúde e a população em geral sobre este grande problema. É preciso que os médicos estejam atentos aos casos de desaparecimento divulgados pela imprensa e canais oficiais, já que em algum momento as crianças podem passar por uma unidade de saúde e precisar de tratamento médico”, disse o conselheiro do CRM-PB, Eurípedes Mendonça.

Além de Eurípedes, mais cinco conse-

lheiros fizeram parte da Caravana em João Pessoa: Wilberto Trigueiro, Pedro Félix, Cândida Fernandes, Francisco Leite e Socorro Adriano. Nos três hospitais visitados, os conselheiros pediatras foram responsáveis por aplicar questionários e entregar material educativo aos médicos que estavam trabalhando nas unidades, enquanto que os demais conselheiros entrevistavam e orientavam pais e responsáveis que levaram suas crianças ao atendimento médico.

“Essa foi uma excelente iniciativa dos conselhos de medicina. O desaparecimento de uma criança é uma situação desesperadora, por isso é preciso contar com o apoio de toda a sociedade, dos meios de comunicação e dos profissionais da área de saúde”, destacou a supervisora geral do Amip, Tatiana Caldas.

A comerciante Terezinha Fonseca, que estava com a filha e a neta no Amip, no dia da campanha, também elogiou a iniciativa. “É muito importante haver essa orientação aos pais, principalmente. Alguns deixam as crian-



ças sozinhas e não sabem o perigo que estão correndo. Eu vejo, no meu bairro, muita criança pequena indo e voltando sozinha da escola. Acho um risco”, disse a moradora do Valentina Figueiredo.

A pediatra Carla Couras disse, durante a mobilização do CRM-PB, que é de suma importância os médicos estarem atentos ao comportamento de seus pacientes. Ela contou que, durante atendimento em uma unidade de saúde no Rio Grande do Norte, percebeu que a criança era vítima de maus tratos. Fez a denúncia, o Conselho Tutelar foi acionado, aberto inquérito e descoberto que a mãe era a agressora. “Essas campanhas são muito importantes e válidas. O pediatra, em algum momento, terá o contato com essas crianças e pode salvá-las”, concluiu.

GRANDE JOÃO PESSOA TEM DÉFICIT DE 319 LEITOS DA REDE PÚBLICA EM PEDIATRIA

Levantamento foi realizado pelo Departamento de Fiscalização do CRM-PB, com base nos dados da rede hospitalar pediátrica, IBGE e da sociedade organizada, além de portaria do Ministério da Saúde

Levantamento realizado pelo Departamento de Fiscalização do CRM-PB em maio deste ano aponta um déficit de 319 leitos de pediatria nos hospitais públicos da grande João Pessoa. A necessidade de leitos hospitalares destinados ao atendimento infantil se agravou com a redução, nos últimos três anos, de 159 leitos após fechamento do Hospital Santa Paula (em julho de 2012), Hospital João Soares (em abril de 2013) e Hospital Infantil de Santa Rita (em janeiro de 2012). Apesar da abertura de 48 novos leitos pediátricos, com a inauguração do Hospital Infantil Valentina de Figueiredo, a carência não foi suprida.

“Mesmo que atualmente se mantivesse o número de leitos existente antes do fechamento dos 159 leitos, a população infantil de João Pessoa, em face do seu crescimento nos últimos três anos, estaria com seu atendimento hospitalar deficitário”, destacou o diretor de Fiscalização do CRM-PB, João Alberto Pessoa.

Segundo o estudo do CRM-PB, que foi realizado com dados da rede hospitalar pediátrica, IBGE e da sociedade organizada, além da Portaria nº 1101/GM de 12/06/2002 do Ministério da Saúde, foi identificado que a cidade de João Pessoa tem 121 leitos disponíveis para pediatria clínica (**ver tabela**). “Se levarmos em consideração que João Pessoa tem a população estimada em 780.738, são necessários 320 leitos pediátricos apenas para capital, conforme recomendação da portaria do Ministério da Saúde. Isso mostra que capital tem uma deficiência de 199 leitos”, disse o diretor.

Ele destacou ainda que os pacientes pediátricos que procuram atendimento na rede hospitalar de João Pessoa não se limitam aos residentes no município e são provenientes também das cidades vizinhas. “O somatório da população dos municípios de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo é de 1.074.702 habitantes. Para atender esta população, o número de leitos pediátricos deveria ser de 440”, ressaltou João Alberto

O diretor disse ainda que o levantamento mostrou outro dado relevante: as informações sobre o número de leitos Cada-



Nos últimos três anos, houve a redução de 159 leitos infantis na rede pública da Paraíba

tro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES) estão destoantes dos dados apurados pelo CRM-PB. Segundo o CNES, João Pessoa tem 144 leitos pediátricos. Já o levantamento do CRM-PB aponta 121 leitos.

“Como o município de João Pessoa é referência em pediatria, incluindo cirurgia e terapia intensiva, para grande parte dos municípios do Estado, o “déficit” de leitos tem impacto maior. Diante deste quadro fica claro que as crianças paraibananas vêm sofrendo com a pequena quantidade de leitos ofertada, aumentando os riscos de agravamento de suas doenças e até mesmo de morte. Como a população infantil não possui voz própria é requerido que médicos e familiares atuem em sua defesa”, destacou o diretor de Fiscalização.

Apuração

O levantamento não contabilizou os leitos em unidades de recuperação pós-cirúrgica de hospitais/maternidades, do Hospital de Emergência e Trauma e do Hospital Napoleão Laureano. “Os hospitais/maternidades disponibilizam leitos de neonatologia

e atendem crianças de 0 a 28 dias de vida, e considera a necessidade de 3,8 leitos para cada 1.000 nascidos vivos, devendo um terço destes leitos oferecer tratamento intensivo”, explicou Cândida Fernandes de Araújo, médica fiscal do Departamento de Fiscalização do CRM-PB.

De acordo com ela, o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, que possui 14 leitos pediátricos, sendo dois para terapia intensiva pediátrica (estes últimos não cadastrados no SUS), e o Hospital Napoleão Laureano apresentam características peculiares voltadas para um tipo de atendimento específico e não se enquadram no padrão geral de atendimento pediátrico.

A pesquisa mostrou ainda que há uma concentração de cirurgiões pediátricos em João Pessoa (13 de um total de 19 registrados no CRM-PB), o que demonstra que a grande maioria das cirurgias pediátricas realizadas em todo o Estado são feitas nos hospitais da capital. Em Campina Grande são apenas cinco cirurgiões pediátricos.

Hospital	Número de leitos conforme CNES	Número de leitos vistorias do CRM-PB
Hospital Arlinda Marques	24	24
Hospital Rodrigues de Aguiar	39	22
Hospital Valentina de Figueiredo	54	48
Hospital Universitário Lauro Wanderley	27	27
Total de leitos	144	121



CRM-PB CONSTATA IRREGULARIDADES NO ORTOTRAUMA DE MANGABEIRA

Relatório da Fiscalização foi entregue ao Ministério Público da Paraíba e à direção do hospital

Superlotação, longa espera para a realização de cirurgias, falta de materiais e equipamentos, além de uma estrutura predial desgastada e sem manutenção. Estas foram as condições encontradas no Complexo Hospitalar de Mangabeira Governador Tarcísio Burity (Ortotrauma), no bairro de Mangabeira, em João Pessoa, no dia 12 de junho, durante fiscalização realizada pelo Conselho Regional de Medicina (CRM-PB). O relatório com todas as irregularidades e distorções encontradas foi entregue ao Ministério Público da Paraíba na tarde desta e à direção do hospital no dia 16 de junho para que fossem tomadas as providências necessárias.

“Não há o menor respeito à dignidade humana nesta unidade hospitalar, que funciona com grande precariedade. A situação é, realmente, horrível. Não interditaríamos o hospital porque traríamos prejuízos maiores à população. Mas algo precisa ser feito”, disse o diretor do Departamento de Fiscalização do CRM-PB, João Alberto Pessoa.

Segundo João Alberto, uma das possibilidades para diminuir a superlotação do Ortotrauma de Mangabeira seria compartilhar a demanda com o Hospital Santa Isabel, que vem sendo subutilizado. “É preciso que os problemas sejam resolvidos o mais breve possível, pois há uma quantidade enorme de pacientes esperando por atendimento de urgência, além dos que aguardam por cirurgias há mais de 30 dias”, completou o diretor.

Ele ressaltou que no dia da vistoria encontrou um paciente esperando há três dias por uma cirurgia na perna, sentado em uma cadeira, em uma enfermaria sem ventilação. “Há uma escassez de materiais ortopédicos e



Fotos registram precariedade das instalações do Trauminha de Mangabeira

os que existem já estão defasados. Sem essas próteses não há como fazer as cirurgias. O hospital trabalha com fornecedor único de órteses e próteses”, disse.

Outro problema encontrado no hospital é a quantidade insuficiente de roupas para pacientes e funcionários, além da falta de higiene nas enfermarias e salas de urgência. “Não há nenhum respeito ao pudor dos pacientes. Homens e mulheres ficam misturados. É preciso humanização no trato com essas pessoas que

procuram uma unidade hospitalar”.

Quando ao vídeo de denúncia feito por funcionários do hospital, que mostrava um vazamento de esgoto em uma sala de cirurgia, João Alberto informou que, na hora da inspeção, não constatou esta irregularidade. “Infelizmente, a situação que vimos no hospital foi pior do que a denúncia. O lavabo dos médicos no centro cirúrgico, por exemplo, é apoiado por um cabo de vassoura e vimos esgotos abertos na enfermaria”, completou.

Vídeo de denúncia

Sobre a denúncia feita no Bom Dia Brasil, uma funcionária, que preferiu não ser identificada, contou, em entrevista à TV Cabo Branco (afiliada local da Rede Globo), que o vazamento aconteceu dentro da sala de cirurgia, durante um procedimento cirúrgico e que a situação é recorrente. A gravação mostra uma água escura escorrendo pelo chão e um dos profissionais da equipe de cirurgia afastando a água com um rodo. Nas imagens ainda é possível ver uma barreira de panos estendidos no chão para controlar o vazamento.

No entanto, o CRM e o Ministério Público não encontraram o vazamento durante a vistoria. A diretora geral do hospital, Fabiana de Araújo, acompanhou a visita. “Com essa vistoria, nós pudemos provar que houve uma denúncia de má fé. Estamos trabalhando com pacientes além do município de João Pessoa e desenvolvemos um trabalho transparente para atendermos toda a população”, afirmou.

Falta de higiene e equipamentos com defeito



Esta mesma funcionária também fez outras denúncias. Uma delas está relacionada à situação da comida servida aos pacientes e acompanhantes. “Todo mundo fala da refeição do Ortotrauma. Aparece de tudo na comida. Até esponja de aço já apareceu. Vidro, plástico, grampos, cliques de papel e coisas indesejáveis já foram vistas na comida do hospital”, disse.

Na gravação divulgada pelos funcionários, três aspiradores que ajudam na broncoaspiração de pacientes pararam de funcionar ao mesmo tempo durante uma cirurgia. “Nem pressão tinha, é que a gambiarra foi muito grande. Não funcionou, o médico teve que puxar com seringa, com uma sonda, para o paciente não broncoaspirar”, comentou a funcionária. Na denúncia, fotografias mostram equipamentos remendados com fitas adesivas. A farmácia que funciona dentro do centro cirúrgico aparece suja de formol.

PROJETO “SEGURANÇA E SAÚDE” É LANÇADO NA PARAÍBA

Projeto integra o Programa de Prevenção a Acidentes de Consumo, desenvolvido pelo MPPB

O Conselho Regional de Medicina da Paraíba participou, no dia 16 de junho, do lançamento do Projeto “Saúde e Segurança” do Programa de Defesa e Proteção do Consumidor do Ministério Público da Paraíba (MP-Procon). Na ocasião, também foi apresentado o “Sistema de Informações de Acidentes de Consumo” (Siac), criado pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) do Ministério da Justiça.

A proposta do projeto é fazer com que os hospitais e profissionais de saúde alimentem esse sistema, com as notificações dos casos atendidos, que por ventura venham a ser decorrentes de acidentes de consumo, como por exemplo, lesões e mortes provocadas por defeitos em veículos, decorrentes de assaltos a bancos, acidentes provocados por defeitos em botijões de gás de cozinha, etc. O objetivo do Siac é diagnosticar quais produtos e serviços causam mais danos à saúde e segurança do consumidor.

Antes do lançamento, o projeto foi apresentado à diretoria do CRM-PB no dia 1º de junho pelo diretor do MP-Procon e promotor de Justiça de Defesa do Consumidor de João



O presidente do CRM-PB, João Medeiros, participou do lançamento do projeto “Saúde e Segurança”

Pessoa, Glauberto Bezerra, e pela assessora jurídica do Ministério Público da Paraíba (MPPB), Juliana Brasileiro. Durante a reunião, também foi discutida a RDC (Resolução da Diretoria Colegiada) de número 36 da Anvisa

(Agência Nacional de Vigilância Sanitária), que versa sobre a segurança dos pacientes nos serviços de saúde e que diz que os hospitais públicos e privados devem criar um núcleo de segurança do paciente.

ARCEBISPO DA PARAÍBA E PASTORAL DA CRIANÇA TÊM APOIO DO CRM-PB

Diretoria e conselheiros do CRM-PB receberam a visita do arcebispo da Paraíba e de representantes da Pastoral da Criança durante sessão plenária



O arcebispo da Paraíba, Dom Aldo Pagotto, e representantes da Comissão Estadual da Pastoral da Criança estiveram no Conselho Regional de Medicina da Paraíba (CRM-PB), na sessão plenária do dia 28 de maio, para explicar o trabalho desenvolvido pela instituição e buscar o apoio dos médicos. Na ocasião, o presidente do CRM-PB, João Medeiros Filho, destacou que o conselho dará apoio incondicional à Pastoral, incentivando o voluntariado e as contribuições dos profissionais médicos.

“O CRM tem uma responsabilidade social e trabalha pelo exercício ético da Medicina em favor da sociedade. Vamos planejar uma

campanha de colaboração espontânea dos médicos para ajudar o trabalho sério e importante desenvolvido pela Pastoral da Criança”, disse o presidente do CRM-PB.

Na reunião, Dom Aldo Pagotto falou sobre a importância do trabalho desenvolvido pela Pastoral da Criança, acompanhando famílias em ações básicas de saúde, educação, nutrição e cidadania. A Pastoral tem como objetivo o desenvolvimento integral das crianças, promovendo também suas famílias e comunidades. Para isso, atua na organização da comunidade e na capacitação de líderes voluntários que assumem a tarefa de orientar e acompanhar as famílias vizinhas.

MONITORAMENTO DAS ILPIS

O Comitê Permanente de Monitoramento e Fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos (Ilpis) vem visitando as cidades da Região Metropolitana de João Pessoa, desde abril. O CRM-PB é um dos órgãos membros do comitê, ao lado do Ministério Público da Paraíba (MPPB), do Conselho de Enfermagem (Coren), de Farmácia (CRF), de Engenharia e Agronomia (Crea), de Nutrição (CRN), de Fisioterapia (Crefito), de Psicologia (CRP), além do Corpo de Bombeiros e o Conselho Estadual do Idoso. O coordenador do Comitê, o procurador de Justiça Valberto Cosme de Lira, informou que os relatórios produzidos serão divulgados posteriormente e servirão de base para a atuação de diversos órgãos.

Cortes no Orçamento da União

No final do mês de maio, o Ministério do Planejamento anunciou cortes no Orçamento Geral da União de 2015. Os Ministérios das Cidades, da Saúde e da Educação lideraram os cortes. As três pastas juntas concentraram 54,9% do contingenciamento. Na saúde, o bloqueio atingiu R\$11,7 bilhões (de R\$ 103,27 bilhões para R\$ 91,5 bilhões, redução de 11,3%) O governo garantiu, que os principais programas sociais estão preservados. Para a Saúde, o governo informou que estão assegurados os recursos para o Sistema Único de Saúde e os programas Mais Médicos e Farmácia Popular.

EDUCAÇÃO MÉDICA CONTINUADA CAPACITA MÉDICOS PARAIBANOS

As capacitações são gratuitas e estão sendo realizadas em diversas cidades da Paraíba

Os cursos e simpósios do programa de Educação Médica Continuada (EMC) do Conselho Regional de Medicina da Paraíba (CRM-PB) têm capacitado diversos médicos do Estado, em várias especialidades. A programação prossegue neste segundo semestre, dando continuidade aos módulos de Clínica Médica e ainda a realização de um módulo de Pediatria.

O coordenador geral do programa EMC do CRM-PB, João Modesto, destaca que as capacitações são gratuitas e estão sendo realizadas não apenas na capital do Estado, João Pessoa, mas também nas cidades do interior. “No primeiro semestre, realizamos o curso de Emergências Obstétricas em Cajazeiras e o curso de Reanimação Cardiorrespiratória e Vias Aéreas Superiores, em Campina Grande”, ressaltou. Em João Pessoa, foram sucesso os primeiros módulos do curso de Clínica Médica, o curso de Assistência Obstétrica, além do III Simpósio de Ginecologia Endócrina.

Os interessados em participar dos cursos gratuitos devem se inscrever na sede do CRM-PB (av Dom Pedro II, 1335, Centro – telefone: 2108-7200) e acompanhar a programação pelo site www.crm-pb.org.br.

Educação Médica Continuada CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA PARAÍBA 2015 CLÍNICA MÉDICA



DATAS	MÓDULO
27/02	Gastroenterologia
13/03	Infectologia
27/03	Psiquiatria
10/04	Neurologia
24/04	Reumatologia
08/05	Cardiologia
22/05	Hematologia
12/06	Dermatologia
19/06	Nefrologia
03/07	Endocrinologia
17/07	Pneumologia
31/07	Oncologia
07/08	Saúde do Idoso
21/08	Ética Médica



Curso de emergências obstétricas realizado em Cajazeiras



Curso de pré-natal em João Pessoa



Curso de reanimação promovido em Campina Grande

III SIMPÓSIO PARAIBANO DE GINECOLOGIA ENDÓCRINA



Realizado nos dias 10 e 11 de abril deste ano, no auditório do CRM-PB, o III Simpósio Paraibano de Ginecologia Endócrina foi um sucesso. Profissionais e estudantes participaram do evento que discutiu diversos temas como: Vitamina D; Contracepções em situações especiais; Climatério; Baixa Massa Óssea na Pré-Menopausa; e Reposição Hormonal.

HONORÁRIOS NA TABELA SUS: VALORES PAGOS TÊM PERDAS DE ATÉ 1.300%

A perda acumulada nos honorários médicos em alguns procedimentos chegou a quase 1.300% num período de apenas sete anos (2008 a 2014). A estimativa de defasagem foi calculada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) com base nos valores médios que os procedimentos listados na conhecida Tabela SUS deveriam atingir quando comparados aos valores referenciados pela Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) ou se tivessem sido corrigidos por índices inflacionários como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e ao salário mínimo. O levantamento do CFM revela os prejuízos no pagamento dos Serviços Profissionais, relativos a atos dos médicos.

Para o presidente do CFM, Carlos Vital, a Medicina tem evoluído de forma dinâmica, com a incorporação de novos procedimentos e novas tecnologias. “O descongelamento e a reposição das perdas acumuladas dentro da Tabela SUS, em consultas e procedimentos, são fundamentais para manter o equilíbrio financeiro deste setor. Além das consequências diretas, como as dificuldades crescentes para atender a população e, na maioria dos casos, o endividamento, os próprios médicos sofrem com a baixa remuneração – incompatível com sua responsabilidade, dedicação e preparo profissional”, lamentou Vital.

Segundo o levantamento, a cada consulta ambulatorial realizada nos serviços contratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o médico recebe cerca de R\$ 10,00. Para tratar um Acidente Vascular Cerebral (AVC) em um paciente internado, até dois profissionais podem repartir R\$ 9,20 por, no máximo, sete diárias, e que são repassados pelo Ministério da Saúde a título de remuneração pelos serviços prestados na rede pública. Esses são apenas alguns exemplos dos valores pagos às equipes médicas por procedimentos imprescindíveis à vida de milhares de brasileiros.



DR. ARYOSWALDO ESPÍNOLA DA SILVA

Um exemplo de vida

Acad. Guilherme Gomes Silveira d'Avila Lins

Membro Titular da Cadeira nº. 04 da Academia Paraibana de Medicina

Aryoswaldo Espínola da Silva, patrono da cadeira número 4, a qual eu tenho a honra de ocupar, nasceu no dia 5 de outubro de 1907 na cidade de Mamanguape. Era filho de desembargador Paulo Hypácio da Silva e de D. Cecília da Silva. Aos cinco meses de idade, em virtude de ter sido seu pai nomeado juiz comarca de Areia, foi residir naquela cidade. Já naquele tempo Aryoswaldo demonstrava vivacidade, inteligência em suas tarefas escolares e, foi ele, escolhido para saudar um ilustre ex-aluno o Dr. José Américo de Almeida, que então visitava sua cidade natal.

Fez curso de humanidades no colégio Diocesano Pio X, transferiu-se depois para o Liceu Paraibano, antigo convento dos jesuítas. Essa instituição de ensino gozava de grande prestígio no meio estudantil da época. Estava presente em todos os movimentos estudantis. Era um verdadeiro líder.

Prestou vestibular de medicina, em 1925, na velha e secular Faculdade do Terreiro de Jesus, na Bahia. Em 1927, resolveu transferir-se para o Rio de Janeiro, tendo se matriculado na Faculdade Nacional de Medicina. Foi um bom aluno. Tinha muita tendência para a medicina preventiva. Em 20 de dezembro de 1930, colou grau em medicina. Não se conformando com o simples diploma de médico, resolveu obter o título de doutor em medicina. Apresentou sua tese com distinção, e voltou para a sua terra natal onde começou a exercer a medicina.

Aryoswaldo era um facultativo dotado de apreciável cultura. Foi um médico digno e desinteressado. Não acumulou riquezas, estava sempre pronto a servir seus clientes, não só pelo seu saber, como também pelo seu coração e seu desprendimento. A natureza e a medicina eram para ele um todo harmônico. Via nas duas um reflexo da grandeza de Deus.

Quem fosse ao seu consultório, na rua Maciel Pinheiro, encontrava o médico criterioso, competente, dedicado, interessado em dar tudo de si para resolver o caso que se lhe apresentava. Possuía um dom especial de comunicar-se com o cliente. Sua palavra tornava-se então imensa força animadora e reconfortante para o paciente. Exerceu várias funções médicas no estado. Foi médico do Departamento Municipal de Assistência e Saúde Pública, sendo considerado na época, de inestimável valor, onde era apontado como um grande urgentista. Foi médico sifiligráfico na Diretoria Geral de Saúde Pública. Foi secretário, tesoureiro e finalmente presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba, entidade de classe de grande prestígio.

Suas atividades não se ativeram somente à profissão médica. Dedicou um pouco de sua vida ao magistério, a música onde foi um grande apaixonado pelo som e onde fez parte de um grupo harmônico que após a sua morte passou a se chamar "Conjunto Aryoswaldo Espínola", ao jurismo, por ativismo, ou por ter assimilado de seu pai, na convivência cotidiana, Aryoswaldo tinha grande inclinação para as ciências jurídicas.

A esse respeito o escritor Aurélio Albuquerque, em um artigo intitulado "Sangue de Bacharel", analisando a figura de Aryoswaldo, escreveu o seguinte: "O Distinto Médico tem o 'Sangue de Bacharel' faz parte do Conselho Penitenciário neste Estado, e sem favor, um dos melhores conselheiros. Arguto, perspicaz na discussão, penetrando com facilidade em muitos casos de difícil interpretação, usando sempre a imparcialidade acentuadamente louvável, estudando com retidão e inteligência os pedidos levados à apreciação da casa, elaborando parecer cuja seriedade todos reconhecem, o doutor Aryoswaldo é um dos mais

destacados entre os componentes daquele órgão".

Aryoswaldo era casado com a professora Alzira Viana Espínola da Silva, de quem teve dois filhos. Certa vez, assim se expressou em um discurso, a respeito da família: "Meu presente e meu futuro aí estão entre vós, minha mulher, que é tudo pra mim, e meus filhos que são tudo para nós dois".

Como pessoa humana, Aryoswaldo era excepcional. Tinha uma personalidade marcante. Era comunicativo e sabia fazer e cultivar amizades. Seu espírito boêmio, versátil, inquieto e curioso, dava por vezes a impressão de leviana irresponsabilidade. Era obsecado pela dignidade da profissão. Era sentimental, não limitava o seu horizonte afetivo a si mesmo, à sua família, à sua profissão, ia muito além, estendia a todos aqueles que necessitavam de seus serviços.

Dele se sabe que chorava com facilidade às mais simples emoções de uma narrativa. Era dotado de erudição ampla e diversificada. Por essa razão tinha amplos pendores polêmicos, face à sua dialética espontânea. Era ainda um "couseur" ilustrando os seus dotes de polemista com humorismo e às vezes irreverência.

Faleceu a 3 de dezembro de 1965, justamente quando uma junta médica lhe fazia uma visita a título de conforto.

Cabe aqui o pensamento de Cícero em paradoxos!

"A morte é horrível para aqueles a quem tudo se extingue com ela, mas não para aqueles cujo bom nome não morrerá".

Aryoswaldo foi um exemplo de vida. Deixou, na sua passagem, um legado imenso de ensinamentos que poucas vezes teremos a oportunidade de apreciar. E deixou para nós uma grande saudade.

CORREGEDORIA INSTAURA 29 SINDICÂNCIAS NOS ÚLTIMOS MESES

Setor é o responsável pela apuração de denúncias de infrações éticas cometidas por médicos

Nos últimos cinco meses, a Corregedoria do Conselho Regional de Medicina (CRM-PB) instaurou 29 sindicâncias para apurar possíveis infrações éticas. De janeiro a maio, foram realizadas 9 sessões de julgamento, que analisaram 52 sindicâncias. Destas, 44 foram arquivadas e oito se transformaram em Procedimento Ético Profissional (PEP's). De acordo com o levantamento do setor, até junho, foram promovidas 12 sessões de julgamento de PEP's (com 12 processos julgados), recebidas 11 cartas precatórias e devolvidas 24.

De acordo com o corregedor do CRM-PB, Wilberto Trigueiro, as denúncias chegam através de diversos canais de atendimento, como a ouvidoria, protocolo e o fale conosco do site do conselho. "Percebe-se que, em sua grande maioria, os problemas denunciados decorrem de maus resultados, em razão da gravidade do caso, tanto pela falta de estrutura dos serviços públicos de saúde, como por falhas na relação médico-paciente, pois a população, muitas vezes, não segue as orientações médicas durante o tratamento", destacou o corregedor.

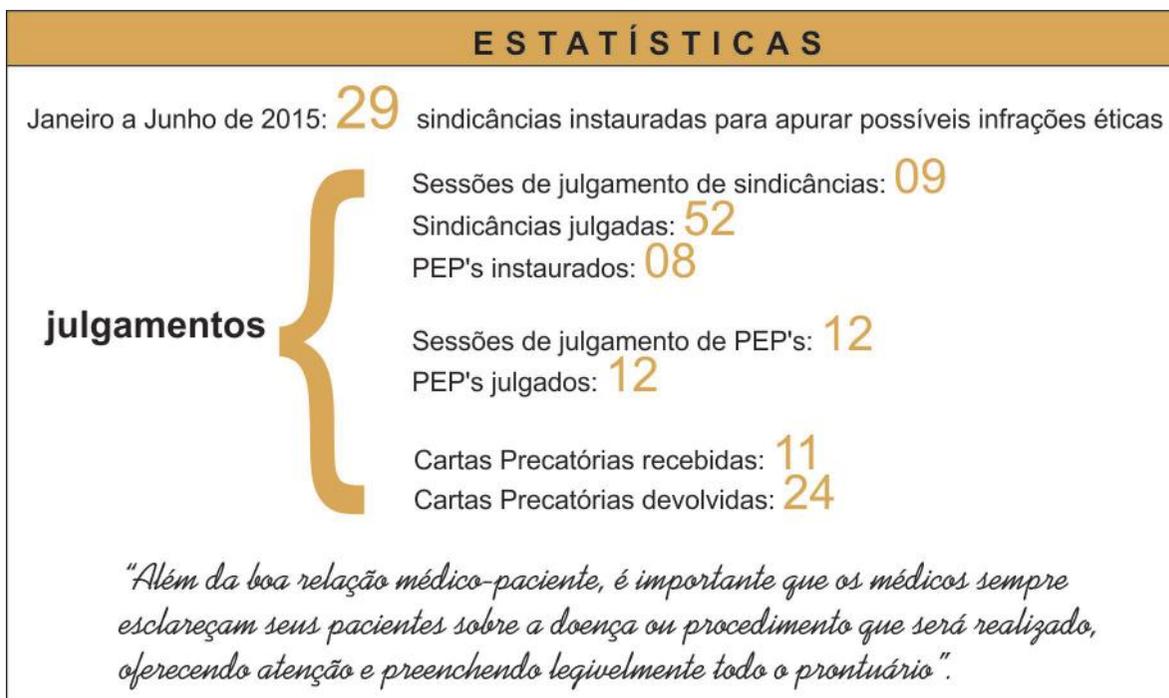
Para ele, além da boa relação médico-paciente, é importante que os médicos sempre esclareçam seus pacientes sobre a doença ou procedimento que será realizado, oferecendo atenção e preenchendo legivelmente todo o prontuário. "Sempre que possível também deverá ser obtido um termo de consentimento informado, com detalhes do tratamento que será dispensado", disse.

Wilberto Trigueiro explicou detalhadamente o trabalho da Corregedoria. Segundo ele, o setor é o responsável pela apuração de denúncias de infrações éticas cometidas por médicos, no exercício da medicina. Após o recebimento das denúncias, a Corregedoria dar andamento as Sindicâncias e Processos Ético-Profissionais, propiciando o que for necessário para o trabalho apurativo dos Conselheiros que exerçam funções naqueles procedimentos.

"As denúncias de possíveis infrações éticas somente são recebidas pelo CRM com a devida identificação do denunciante, inclusive com sua assinatura. No momento da denúncia, deve o denunciante anexar o maior número de documentos comprobatórios, a fim de embasar a apuração dos fatos. Estando a denúncia completa e dentro do exigido pelo artigo 7º do Código de Processo Ético Profissional, esta obrigatoriamente se transformará em Sindicância", explicou.

Outra modalidade de denúncia é a "ex-officio", onde o próprio Conselho detecta possíveis infrações éticas e determina a instauração de sindicância, ou quando o Regional recebe denúncias de outros órgãos, como Ministério Público, Procuradoria da República, Tribunais de Justiça, Comissões de Ética, Conselhos Tutelares, Delegacias de Polícia, dentre outros.

Wilberto Trigueiro disse que as sindicâncias são inquéritos administrativos simplificados. Nelas são solicitados esclarecimentos aos médicos que participaram do ato denunciado para



esclarecer o ocorrido. Quem conduz os trabalhos de investigação é um Conselheiro Sindicante, nomeado pelo Presidente ou pelos Corregedores.

"O trabalho da Corregedoria é, primordialmente, de esclarecimento à população e de caráter educacional aos médicos, vez que, sempre que possível, busca a resolução não litigante das denúncias recebidas, por intermédio da propositura de Conciliações e realização de Termos de Ajustamento de Conduta entre as partes. Entretanto, quando há fortes indícios de infrações éticas de maior gravidade, sendo impossível a realização de um dos procedimentos acima mencionados, é imperiosa a apuração do ocorrido. Assim, o Conselheiro Sindicante fica responsável por elaborar um relatório conclusivo, apresentando os achados de sua apuração", destacou.

Em seguida, este relatório é apresentado em uma Câmara de Julgamento de Sindicâncias, onde os conselheiros decidem se a sindicância será arquivada por falta de indícios de infração ética ou se será aberto um processo ético-profissional para apurar algum indício de infração. Os indícios devem ser devidamente individualizados, com a conduta tida como supostamente incoerente com a ética médica claramente descrita no relatório. Só assim é possível instaurar um processo ético-profissional, ocasião onde o médico é formalmente acusado de supostamente infringir um artigo do Código de Ética Médica (Res. CFM n.º 1.931/2009).

"Tanto os processos éticos quanto as sindicâncias têm seu andamento regulamentado pelo Código de Processo Ético-Profissional (Res. CFM n.º 2.023/2013), devendo obedecer estritamente o disposto naquela Resolução, sob pena de nulidade processual. Durante o processo ético-profissional, são garantidos o direito a ampla defesa e ao contraditório ao denunciado, podendo o médico indiciado, caso deseje, ser assistido por Advogado durante todo o transcor-

rer do processo", explicou o corregedor.

Ao final da instrução processual, após serem ofertadas três oportunidades de defesa ao médico denunciado, quais sejam: defesa prévia, oitiva de testemunhas e do acusado e razões finais, são nomeados pela Presidência ou pela Corregedoria dois conselheiros responsáveis por elaborar relatórios de Relatoria e Revisória, respectivamente, demonstrando os achados durante a instrução processual e elaborando voto pela absolvição ou pela condenação do médico denunciado.

Com a conclusão dos relatórios, a Corregedoria determina a inclusão do processo ético na pauta de julgamentos do Tribunal de Ética Médica do Conselho Regional de Medicina. Notificam-se as partes para, querendo, comparecer à sessão, onde será concedida outra possibilidade de defesa ao(s) médico(s) denunciado(s), pois será concedido o prazo de quinze minutos, em um tempo de dez e outro de cinco minutos, para que o(s) médico(s) ou seu(s) procurador(es) faça uma sustentação oral.

Durante a Sessão Plenária de Julgamento, será debatido o processo ético, ocasião em que os conselheiros presentes farão questionamentos e ponderações acerca do caso em apreço. Ao final, após a apresentação dos relatórios dos conselheiros relator e revisor, será feita uma votação, onde será decidida a absolvição ou culpabilidade do(s) denunciado(s).

Sendo decidida a culpabilidade, será feita nova votação, onde se decidirá a pena do médico, conforme disposto no artigo 22 da Lei n.º 3.268/1957, podendo ser desde uma simples advertência verbal até a cassação do registro no Conselho.

Desta forma, a Corregedoria procura colaborar pela preservação da ética médica, do bom prestígio da classe médica perante a sociedade, buscando auxiliar a população e os médicos a dirimir problemas referentes ao atendimento médico em nosso estado.